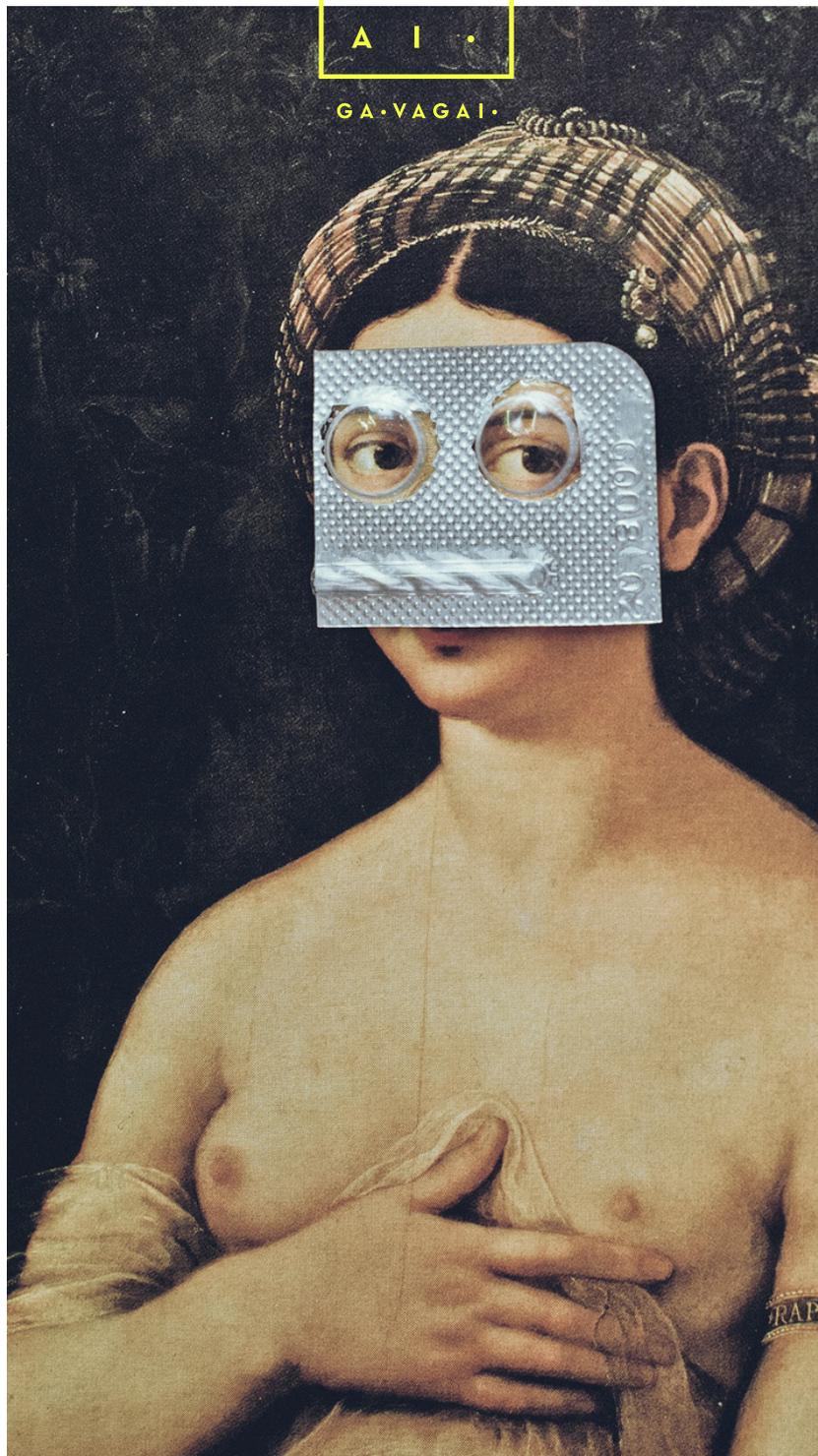


G A •
V A G
A I •

GA•VAGAI•





• GAVAGAI •

• REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES •

Grupo de Trabalho do Mestrado de Ciências Humanas
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

Endereço para correspondência / Dirección postal / Mailing address
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim
Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades
Av. Dom João Hoffmann, 313,
Bairro Fátima, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima
Erechim / RS . CEP 99700.000

Fone: (54) 3321-7050
E-mail: gavagai@gavagai.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade
Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. - Vol. 1, n. 1 (mar./abr.
2014). - Erechim: [s.n.], 2014.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas.
4. Humanidades. I. Universidade Federal da Fronteira Sul.
II. Título.

CDD: 300



• SEARLE: NOMES PRÓPRIOS E PRESSUPOSIÇÕES •

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a tradução do texto de John Searle, Nomes Próprios, originalmente publicado em 1958. Realizamos uma breve apresentação das teorias da referência para nomes próprios; em seguida, oferecemos elementos para uma nova interpretação do texto de Searle baseada na “visão pressuposicional” de Zsófia Zvolenszky.

Palavras-chave: Teorias da Referência. Nomes próprios. Descritivismo.

• JERZY BRZOWSKI •

1 INTRODUÇÃO

O artigo *Nomes Próprios*, de John Searle (originalmente publicado em 1958), é geralmente tido como a epítome da chamada “teoria do agregado [*cluster*] de descrições”, sobretudo em textos introdutórios de filosofia da linguagem (DEVITT; STERELNY, 1999; LYCAN, 2008). No âmbito das teorias da referência para nomes próprios, tal teoria é considerada um desenvolvimento do *descriptivismo*, postura segundo a qual cada nome próprio está associado a uma descrição definida, a qual por sua vez determina a referência do nome. A teoria do agregado de descrições postularia que não é uma única descrição definida que determina a referência de um nome, mas sim um conjunto delas. A leitura de que essa é a teoria defendida por Searle em *Nomes Próprios* se deve a Saul Kripke (2012). Entretanto, nosso objetivo nesta breve introdução ao texto de Searle é o de fornecer alguns subsídios para questionar essa interpretação usual. Nesse sentido, seguiremos em parte a chamada “visão pressuposicional” de Zsófia Zvolenszky (2012).

A seguir, apresentaremos uma breve introdução às teorias da referência a partir da distinção, sugerida por Robert Stalnaker (1997), entre as perguntas *descritiva* e *fundacional*. Em seguida, passaremos a alguns elementos da distinção entre sentido e referência proposta por Frege, elementos estes que são importantes para a compreensão do texto de Searle. Por fim, consideraremos brevemente a interpretação pressuposicional.

2 O QUE É UMA TEORIA DA REFERÊNCIA?

Grosso modo, uma teoria da referência para nomes próprios é uma tentativa de resposta à pergunta: como um nome próprio se refere ao objeto a que efetivamente se refere? Essa pergunta pode ser entendida de pelo menos duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, ela pode estar perguntando pelo *modo* como os nomes próprios referem – por exemplo, se é de maneira direta ou mediada por algum outro elemento. Alternativamente, pode estar perguntando por algo como uma *explicação* do fenômeno da referência, ou seja, um relato que explicita as condições necessárias e suficientes para que esse fenômeno ocorra.

A discussão em torno da primeira pergunta é geralmente travada no campo de batalha da semântica, no qual adquire sobretons veritativo-funcionais: qual a contribuição que um nome próprio faz ao valor de verdade de uma sentença na qual ocorre? Nessa veia semântica, a segunda pergunta se torna: o que explica que os nomes próprios façam determinada contribuição semântica (a depender da resposta à pergunta descritiva) e não outra? Seguindo Stalnaker (1997), chamemos a pergunta de *descritiva* e a segunda de *fundacional*.

Há duas grandes famílias de teorias da referência para nomes próprios, a *descriptivista* e a *causal-histórica*. Vejamos brevemente

como cada uma dessas teorias responde as perguntas acima.

A teoria causal-histórica, que remonta pelo menos a John Stuart Mill (1974 [1843]), mas que foi desenvolvida mais recentemente por Donnellan (1966), Kripke (2012 [1972]), e Putnam (2013 [1975]), postula uma relação *direta* entre nome e referente. Desse modo, a resposta da teoria causal à pergunta descritiva é que a contribuição semântica de um nome é apenas seu referente. No linguajar de Mill, há duas possibilidades para a determinação da referência de um termo: ou ele é *conotativo*, e seu significado cumpre um papel na determinação da referência, ou ele é *não-conotativo*, e a referência se dá de modo direto. Os nomes próprios, para Mill, são não-conotativos, por isso, “[...] não são dependentes da continuidade de nenhum atributo do objeto” (1974, p. 33). Para citar um exemplo de Mill: embora a cidade inglesa de Dartmouth possa ter sido assim batizada por se situar na foz do rio Dart¹, “[...] ser a cidade situada na foz do rio Dart” não é um atributo que determina a referência do nome “Dartmouth”. Com efeito, se o rio fosse obstruído, ou mudasse seu curso, o nome não deixaria de se referir àquela cidade.

Com isso, Mill já fornece uma resposta negativa à questão fundacional: a permanência de atributos nos objetos *não* explica o valor semântico dos nomes. Porém, Mill não chega a dar uma resposta afirmativa a essa questão, talvez por julgar que a explicação seria óbvia. Essa “resposta óbvia” só foi articulada mais de um século depois, por Kripke (2012): a referência de um nome é fixada por um “ato de batismo”, a partir do qual é transmitida por uma cadeia causal ininterrupta de comunicação. Por isso, nosso uso de “Aristóteles” consegue alcançar o filósofo da Antiguidade devido ao fato de que o nome foi transmitido com sucesso de falante em falante até nossos dias. Conforme Stalnaker admite, “[...] essa não é uma teoria filosófica particularmente empolgante” (1997, p. 544), mas o fato é que Kripke se vale da falta de uma resposta clara à pergunta fundacional da parte da teoria descriptivista para ganhar poder de persuasão com seu relato intuitivo.

Por sua vez, as teorias descriptivistas – atribuídas a Frege (2009), Russell (1905), Strawson (1950), bem como ao próprio Searle – postulam uma relação indireta entre nome e referente. De acordo com tais teorias, a referência é mediada por algum componente epistêmico, algo como uma representação do referente. Na teoria de Frege, por exemplo, esse componente é o *sentido*, “[...] onde está contido o modo de apresentação do objeto” (2009, p. 131). Uma interpretação influente, proposta por Michael Dummett (1973), é a de que o sentido fregeano é uma peça de conhecimento – não necessariamente exprimível em termos linguísticos – que permite a um falante *reconhecer* o referente do nome (v. adiante). Russell (1985), por sua vez, escreve que os nomes próprios são algo como “descrições definidas abreviadas”, e essa se tornou a visão mais

¹ No inglês, a palavra *mouth* significa também “foz”.

frequentemente atribuída ao descritivismo. Descrições definidas são semelhantes a epítetos, ou seja, expressões iniciadas com um artigo definido, tais como “o autor da *Metafísica*”, “o atual rei da França”, e “a única monarca britânica a atuar em um clipe de James Bond”. Portanto, na versão russelliana do descritivismo, o componente intermediário da referência – uma, ou um conjunto de descrições definidas – é necessariamente de natureza linguística.

Desse modo, a resposta de Frege e Russell à pergunta descritiva é a de que a contribuição semântica de um nome próprio é esse componente intermediário: o sentido, no caso de Frege; uma ou mais descrições, no caso de Russell. A resposta de Searle, que analisaremos a seguir, não é tão clara. Tampouco há clareza acerca da resposta dos descritivistas à pergunta fundacional (STALNAKER, 1997, p. 536). Sendo assim, a leitura que usualmente se faz é: o nome próprio se refere a qualquer que seja o objeto que satisfaça as descrições associadas ao nome. À luz da alternativa, da teoria causal-histórica, essa resposta descritivista à pergunta fundacional parece altamente implausível.

Mas quais seriam as respostas de Searle a essas duas perguntas? Nas próximas duas seções, apresentaremos respectivamente a teoria de Frege e os comentários de Searle sobre ela. Na seção final do artigo, tentaremos esboçar as possíveis respostas de Searle às duas perguntas.

3 FREGE: A DISTINÇÃO ENTRE SENTIDO E REFERÊNCIA

Se Mill estiver certo, e os nomes próprios se referirem diretamente aos objetos que nomeiam, então não deve haver diferença entre os seguintes enunciados:

1. Álvaro de Campos é Fernando Pessoa.
2. Fernando Pessoa é Fernando Pessoa.

Afinal, os nomes “Álvaro de Campos” e “Fernando Pessoa” denotam o mesmo indivíduo, e o enunciado (1) deveria ser tão trivial quanto o enunciado (2). Mas isso é um contra-senso; certamente, o enunciado (1) é mais informativo que o (2). Ademais, uma pessoa que concorda com (2) mas não sabe que “Álvaro de Campos” é um heterônimo de Fernando Pessoa, poderia não concordar com (1). Se esses dois enunciados têm praticamente a mesma forma (afirmam relações de identidade), como podem diferir em valor cognitivo? Esse é o chamado “enigma de Frege”, ou então “problema das identidades informativas”. De modo geral, o problema pode ser formulado da seguinte maneira: sejam *a* e *b* dois nomes diferentes para um mesmo objeto, como explicar que o enunciado “*a=a*” não tem valor informativo (ou cognitivo) algum, enquanto o enunciado “*a=b*” potencialmente o tem? O primeiro, de acordo com Frege, é analítico e *a priori* no sentido de

Kant; o segundo, pode ser sintético.

Esse aparente contra-senso foi o ponto de partida para a teoria de Frege sobre a referência dos nomes próprios, desenvolvida principalmente no artigo *Sobre Sentido e Referência* (FREGE, 2009 [1892]). Dito de maneira breve, Frege explica a diferença de valor cognitivo entre os enunciados de identidade com base no fato de que os nomes próprios não podem ser puramente denotativos como queria Mill; deve haver algo como uma representação do portador – o sentido (*Sinn*) – que é associada ao nome e medeia a relação de referência. Há, então, três componentes na relação de referência, que são: *sinal*, *sentido* e *referência*. Vejamos como Frege articula esses três componentes para solucionar o problema das identidades informativas.

Em primeiro lugar devemos elucidar qual o tipo de relação de igualdade envolvido em uma sentença da forma “*a=b*”, como o exemplo (1), “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa”. Não pode se tratar de igualdade entre dois objetos, porque não há dois objetos que sejam estritamente idênticos². Tampouco seria o caso de que “*a=b*” se refere à igualdade do *modo pelo qual usamos os dois nomes*, porque, se assim fosse, ela expressaria apenas um conhecimento sobre nossas convenções linguísticas. E, no caso extremo, se o enunciado fosse interpretado como afirmando a igualdade entre os nomes enquanto *símbolos*, seria simplesmente sem sentido.

Portanto, de acordo com Frege, para que enunciados da forma “*a=b*” façam sentido, e sejam informativos, é preciso aceitar que um nome próprio está sempre associado a um modo de apresentação um objeto. Tomando como exemplo os antigos nomes do planeta Vênus, “Estrela da Manhã” (Fósforo) e “Estrela da Tarde” (Héspere), Frege escreve:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. [...] A referência de “estrela da tarde” e “estrela da manhã” é a mesma, mas não o sentido. (FREGE, 2009, p. 131) e uma pessoa, no ano de 1934, lesse o poema *Tabacaria*, assinado por Álvaro de Campos, e decidisse procurar pelo autor, acabaria encontrando o indivíduo Fernando Pessoa. Se essa mesma pessoa quisesse encontrar o autor do poema *Mar Português*, assinado por Fernando Pessoa, chegaria ao mesmo indivíduo. Nesse caso, poderíamos dizer que o nome “Álvaro de Campos” *apresenta* o indivíduo Fernando Pessoa como o autor de *Tabacaria*. E, por sua vez, o nome “Fernando Pessoa”

² Está envolvida aí, conforme assinala Brito (2003, 49n), certa interpretação da noção de identidade, talvez baseada no princípio da identidade dos indiscerníveis. Afinal, Frege parece estar dizendo que, se dois objetos têm todas as propriedades exatamente idênticas, não são dois objetos, mas o mesmo objeto. Essa interpretação parece compartilhada por Wittgenstein no *Tractatus* (“[...] dizer de *duas* coisas que elas são idênticas é um contra-senso e dizer de *uma* coisa que ela é idêntica a si mesma é não dizer rigorosamente nada”, 5.5303).

apresenta esse mesmo indivíduo como o autor de *Mar Português*.

Nos termos de Frege, os nomes “Álvaro de Campos” e “Fernando Pessoa” são *sinais*; o primeiro apresenta o referente Fernando Pessoa como o autor de *Tabacaria*, enquanto o segundo apresenta esse mesmo referente como o autor de *Mar Português*. Trata-se de uma diferença no modo de apresentação do referente e, portanto, se dá no plano do sentido. Por fim, o próprio Fernando Pessoa é a referência desses nomes. Assim, ao afirmarmos “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa”, ocorre que dois *sinais* distintos apresentam o mesmo referente por duas vias diferentes – ou seja, cada um deles está associado a um *sentido* diferente.

4 SEARLE: NOMES PRÓPRIOS COMO “GANCHOS PARA PENDURAR DESCRIÇÕES”

John Searle começa *Nomes Próprios* retomando precisamente essa discussão de Frege a respeito das identidades informativas. No início do artigo, Searle questiona a sugestão de Frege de que a distinção analítico/sintético cumpre um papel nesse problema. Pode ser que “Túlio é Túlio” seja uma sentença trivialmente analítica, mas será “Túlio é Cícero” uma sentença sintética? Se considerarmos a concepção tradicional de analiticidade segundo a qual uma sentença é analítica se sua verdade for garantida em virtude das regras linguísticas, sem recurso à investigação empírica, então “[...] ambas são analiticamente verdadeiras, e ambas ilustram fatos contingentes a respeito de nosso uso dos símbolos” (SEARLE, 1958, p. 166).

À primeira vista, parece estranha a sugestão de Searle de que “Túlio é Túlio” ilustra um fato *contingente* a respeito de nosso uso dos símbolos. Mas Searle rejeita a ideia de que a diferença entre identidades não-informativas e informativas reside no fato de que as não-informativas sejam instâncias do axioma da autoidentidade (para qualquer x , $x=x$). Para Searle, a autoidentidade não vale irrestritamente para qualquer símbolo que se queira colocar no lugar de x . Searle nos convida a supor uma linguagem na qual haja regras de referência não apenas para as palavras enquanto *tipos* (*types*), mas também enquanto *ocorrências* (*tokens*), tal como em algumas formas de criptografia nas quais o mesmo objeto é referido por x , e em seguida por y , etc. Numa linguagem assim, “ $x=y$ ” é trivialmente analítica, enquanto “ $x=x$ ” não faz sentido.

Por outro lado, também parece estranha a ideia de que “Túlio é Cícero” seja analítica, ou seja, que as regras linguísticas seriam suficientes para determinar a verdade dessa sentença. A explicação para isso é que Searle parece entender por “regras linguísticas” algo que inclui uma lista de especificação dos referentes, isto é, uma lista do tipo “o nome ‘Túlio’ se refere ao objeto t , o nome ‘Cícero’ se refere ao objeto t , ...”. Se as regras linguísticas apenas *autorizassem* que dois nomes se referissem ao mesmo objeto, sem

especificar quais nomes se referem a quais objetos, elas seriam insuficientes para determinar a verdade de “Túlio é Cícero”. Por isso, Searle escreve que “[...] as regras linguísticas para o uso do nome ‘Cícero’ e as regras linguísticas para o uso do nome ‘Túlio’ são tais que ambos nomes se referem, sem descrever, ao mesmo objeto” (1958, p. 166).

Entretanto, Searle afirma que uma sentença como “Túlio é Cícero” também pode ser *sintética*; algumas sentenças dessa forma *não* são usadas para explicitar regras linguísticas. Um exemplo seria “Shakespeare era Bacon” – quem afirma essa frase não está interessado em explicar nenhuma convenção linguística, mas sim enunciar uma hipótese historiográfica. Para Searle, o que torna uma sentença sintética, então, não é o fato de ela não ser prevista por alguma regra linguística, mas sim o uso que um falante faz dela: podemos dizer que se trata de um critério *pragmático* para a sinteticidade. O objetivo de Searle no artigo é justamente explicar como esse uso sintético das identidades é possível, já que ele não pode ser explicado como um imprevisto das leis linguísticas.

Se considerarmos apenas as regras linguísticas, tais como consideradas anteriormente, chegaremos inevitavelmente à concepção milliana de que os nomes denotam, mas não conotam. Afinal, as relações entre “Túlio” e Túlio, e “Cícero” e Túlio, são completamente arbitrárias; os nomes nada nos informam sobre seus portadores. Então, sob essa perspectiva, os nomes próprios têm necessariamente um referente e, contingentemente, um sentido. Por outro lado, para ensinar ou aprender o nome de um objeto, é necessário *identificar* o objeto de algum modo, seja por ostensão, seja por descrição³. Nessa perspectiva contrastante, um nome próprio necessariamente tem de ter um sentido que forneça características que nos permitam identificar um possível referente. Conforme escreve Searle, “[...] parece que [o nome] não poderia ter um referente a menos que tenha um sentido, pois [de outra maneira] como [...] poderia ser correlacionado ao referente?” (SEARLE, 1958, p. 168).

Antecipando a argumentação de Kripke, Searle pergunta: não seria, por outro lado, possível que um objeto não satisfaça nenhuma das descrições que costumamos atribuir a ele e, ainda assim, o nome se refira a ele? Suponhamos que os feitos que associamos ao nome “Aristóteles” não tenham sido realizados por Aristóteles, mas sim por inúmeros indivíduos espalhados por vários continentes. Nesse caso, Searle responde que o suposto objeto único denotado pelo nome “Aristóteles” simplesmente não existe; o nome “Aristóteles” passa a se tornar o nome de uma entidade fictícia, semelhante a “Pégaso” ou “Papai Noel”, e, assim, pode ser objeto de uma análise russelliana. Nesse sentido, parece que os nomes necessariamente

³ A menos, é claro, que já se saiba um dos nomes do objeto. De qualquer modo, nesse caso, é preciso saber identificar o referente do primeiro nome. Se alguém perguntar “quem é Álvaro de Campos?”, “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa” pode ser uma resposta satisfatória, mas apenas se o autor da pergunta souber identificar, em primeiro lugar, Fernando Pessoa.

têm um sentido e apenas contingentemente uma referência.

Há, então, duas visões alternativas em conflito. A primeira, baseada nas regras linguísticas, sugere que nomes próprios têm necessariamente um referente e, contingentemente, um sentido. A segunda, que envolve considerações epistêmicas, sugere o oposto: nomes próprios têm necessariamente um sentido e apenas contingentemente uma referência (pensando, por exemplo, nos nomes de objetos fictícios). Searle começa analisando esta segunda posição.

O que é o sentido de um nome? Certamente não pode ser uma descrição completa do objeto, caso contrário, qualquer enunciado do tipo “Machado de Assis escreveu *Dom Casmurro*” seria uma tautologia (e, obviamente, contradizê-lo seria incorrer em contradição), qualquer mudança mínima ocorrida no objeto já causaria uma mudança no sentido do nome, e assim por diante (p. 169). Podemos, então, nos perguntar quais seriam as condições necessárias e suficientes para que um nome em particular se aplique a um objeto em particular.

Podemos encontrar uma resposta a essa pergunta, segundo Searle, se começarmos por uma caracterização a respeito de qual a função dos nomes próprios na linguagem. Os nomes próprios diferem das descrições definidas, de acordo com Searle, pois se referem a seus objetos sem especificar nenhuma característica que estes tenham de possuir – isto é, nenhuma condição necessária e suficiente – para que a referência seja bem-sucedida. Mesmo assim, Searle ressalta que o uso referencial dos nomes próprios pressupõe que os objetos referidos tenham certas características. Assim, usos referenciais do nome “Aristóteles” pressupõem “[...] a existência de um objeto a respeito do qual um certo número suficiente mas até então não especificado [de enunciados descritivos] é verdadeiro” (p. 171).

O ponto é que os nomes próprios não trazem consigo condições necessárias e suficientes para sua aplicação; eles apenas *pressupõem* a existência de um objeto cujas propriedades podem servir como modos de apresentação, que por sua vez se penduram no nome como roupas em um gancho. Enquanto é possível esquadrihar o mundo em busca do “autor de *Dom Casmurro*”, tendo em mãos apenas essa descrição, o mesmo não pode ser dito a respeito de “Machado de Assis”. Presume-se que um certo número de descrições são verdadeiras a respeito de Machado de Assis, mas não há um número preciso que determine quando uma determinada aplicação do nome “Machado de Assis” é bem-sucedida. Esse ponto é desenvolvido em uma importante passagem perto do fim do artigo de Searle:

Perguntar pelos critérios para a aplicação do nome “Aristóteles” é perguntar no modo formal o que é Aristóteles; é perguntar por um conjunto de *critérios de identidade* para o objeto Aristóteles. “O que é Aristóteles?” e “Quais são os critérios para aplicar o

nome ‘Aristóteles?’” fazem a mesma pergunta. Portanto, se concordássemos com antecedência que usaríamos o nome para precisamente aquelas características que constituíssem a identidade de Aristóteles, nossas regras para usar o nome seriam precisas. [...] [O] nome em si se tornaria supérfluo, pois se tornaria logicamente equivalente a este conjunto de descrições. (p. 171, grifos meus)

De fato, escreve Searle, é precisamente nesse fato que reside a utilidade de um nome próprio. Ao separar a função referencial da função descritiva da linguagem, os nomes próprios nos permitem referir sem que tenhamos de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita. E ainda: “[...] eles [os nomes próprios] não funcionam como descrições, mas como ganchos [pegs] para pendurar descrições” (p. 172). Com essas considerações, Searle retorna à pergunta inicial: nomes próprios têm sentido? Se sentido for uma descrição, ou especificação das características dos objetos, a resposta é “não”; porém, se a pergunta significar “os nomes próprios estão conectados logicamente a características dos objetos a que se referem”, a resposta é “sim, mas de maneira frouxa” (p. 172). Assim, a sentença “Túlio é Cícero” seria analítica se os pressupostos descritivos associados a cada um dos nomes fossem idênticos, e sintética no caso contrário.

5 UMA NOVA INTERPRETAÇÃO PARA “NOMES PRÓPRIOS”

Conforme afirmamos no início deste artigo, a interpretação usual para o artigo de Searle é a de que ele representaria um desenvolvimento da teoria de Russell, que supostamente associava uma única descrição definida a cada nome próprio (DEVITT; STERELNY, 1999; LYCAN, 2008). Se essa fosse, de fato, a posição de Russell⁴, haveria duas objeções óbvias contra ela: primeiro, qual seria “a” descrição “correta” para um nome qualquer, digamos, Machado de Assis?; segundo, duas pessoas não podem associar descrições diferentes a um mesmo nome? Essa nova teoria descritivista que Searle estaria propondo aqui, a teoria do “agregado de descrições”, supostamente se encontraria manifesta no seguinte trecho:

Dito de outro modo, suponha que perguntemos “por que temos nomes próprios?” Obviamente, para nos referirmos a indivíduos. “Sim, mas as descrições poderiam fazer isso por nós.” Mas apenas ao custo de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita: suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e passemos a usar, digamos, “o professor de Alexandre”; assim, é uma verdade necessária que o homem ao qual estamos nos referindo é o professor de Alexandre – mas

⁴ Para argumentos em favor da ideia de que Russell já admitia que mais de uma descrição associada a cada nome, ver Costa (2009).

é um fato contingente que Aristóteles tenha sido professor de alguém (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles). (p. 172)

É anacrônico atribuir a Searle a noção kripkeana de necessidade metafísica, que somente seria exposta doze anos mais tarde. No trecho entre parênteses, Searle está querendo dizer que Aristóteles *no mundo atual*, e não em alguma situação contrafactual kripkeana, tem pelo menos algumas das propriedades comumente atribuídas a ele (ZVOLENSZKY, 2012, p. 118). De acordo com a suposta teoria do agregado, o nome “Aristóteles” seria equivalente ao conjunto de descrições que remetem aos feitos e propriedades de Aristóteles.

Porém, de acordo com a interpretação alternativa, dita *pressuposicional*, de Zvolenszky (2012), a teoria que Searle apresenta neste artigo é muito mais próxima da teoria causal do que se costuma pensar. Podemos apresentar a interpretação pressuposicional como uma tentativa reconstruir a resposta de Searle à pergunta descritiva que considerávamos no início deste artigo. Zvolenszky distingue dois tipos de casos mencionados por Searle: ordinários e extraordinários. Os casos extraordinários são as afirmações de identidade (“Túlio é Cícero”) e as afirmações existenciais (podendo ser negativas, tais como “Aristóteles nunca existiu”); os ordinários são todos os outros usos referenciais dos nomes próprios.

Nos casos ordinários, a contribuição semântica de um nome próprio é o referente em si, como na teoria causal. Nesses casos, há apenas a *pressuposição* de que a maioria das descrições associadas a “Aristóteles” é satisfeita pelo referente do nome (ZVOLENSZKY, 2012, p. 133). Porém, esse conjunto de descrições não cumpre qualquer papel semântico nesses casos. Por outro lado, os casos extraordinários, de acordo com Zvolenszky, “[...] não têm um *papel semântico estável*” (2012, p. 127). Esse é um ponto já levantado no críptico § 79 das *Investigações* de Wittgenstein (2009 [1953]): o que exatamente se quer dizer com “Moisés nunca existiu”? Nos casos extraordinários, ao invés da pressuposição, aí sim ocorre a *asserção* de que certo objeto satisfaz a maioria das descrições associadas ao nome.

O que dizer da pergunta fundacional? Embora Zvolenszky não discuta esse ponto, podemos tentar brevemente reconstruir uma resposta a partir do que Searle expõe na obra *Intencionalidade* (1995 [1983], p. 321ss). Lá, curiosamente, Searle afirma que a “resposta óbvia” dada pela teoria causal tem um fundo descritivista. Quer dizer, sem que haja um “conteúdo intencional” – que em 1983 cumpre o papel do que Searle chamava em 1958 de “conjunto de pressuposições” – associado a um nome, a transmissão da referência de falante para falante está fadada ao fracasso.

Porém, a legitimidade dessas interpretações pode ser avaliada na tradução que a seguir apresentamos.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Adriano Naves de. **Nomes Próprios**: semântica e ontologia. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- COSTA, Claudio. Teorias descritivistas dos nomes próprios. **Dissertatio**, Pelotas, v. 30, verão, p. 185–195, 2009.
- DEVITT, Michael; STERELNY, Kim. **Language and reality**: an introduction to the philosophy of language. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1999.
- DONNELLAN, Keith S. Reference and definite descriptions. **Philosophical Review**, Durham, v. 75, n. 3, p. 281–304, 1966.
- DUMMETT, Michael. **Frege**: philosophy of language. New York: Harper & Row, 1973.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. P. Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009. p. 129–158.
- KRIPKE, Saul A. **O nomear e a necessidade**. Lisboa: Gradiva, 2012 [1972].
- LYCAN, William G. **Philosophy of language**: a contemporary introduction. London: Routledge, 2008.
- MILL, John Stuart. **A system of logic ratiocinative and inductive**. Vol. I. London: Routledge & Kegan Paul, 1974 [1843].
- PUTNAM, Hilary. O significado de 'significado'. Trad. Alexandre Müller Fonseca. **Cognitio-Estudios**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 280–326, 2013 [1975].
- RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind**, Oxford, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.
- _____. **The philosophy of logical atomism**. Chicago: Open Court, 1985 [1918].
- SEARLE, John R. Proper Names. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 67, n. 266, p. 166–173, 1958.
- _____. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1983].
- STALNAKER, R. Reference and necessity. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (Ed.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997. p. 534–554.
- STRAWSON, P. F. On referring. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 59, n. 235, p. 320–344, 1950.
- ZVOLENSZKY, Z. Searle on analyticity, necessity, and proper names. **Organon F**, Bratislava, v. 19, p. 109–136, 2012.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1953].
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994 [1921].

• **PROPER NAMES**
AND PRESSUPPOSITIONS •

Abstract: This article is an introduction to the Brazilian translation of John Searle's article Proper Names, originally published in 1958. After a brief presentation of classical theories of reference for proper names, I offer elements for a new interpretation of Searle's text based on Zsófia Zvolenszky's "presuppositional view".

Keywords: Theories of reference. Proper names. Descriptivism.

• **NOMBRES PROPIOS**
Y PRESUPOSICIONES •

Resumen: Este artículo es una introducción a la traducción brasileña del artículo Nombres Propios de John Searle, originalmente publicado en 1958. Después de una breve presentación de las teorías clásicas de la referencia para nombres propios, ofrecemos elementos para una nueva interpretación del texto de Searle fundamentada en la "visión presuposicional" de Zsófia Zvolenszky.

Palabras clave: Teorías de la referencia. Nombres propios. Descriptivismo.